

**SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.613 - RJ (2019/0355243-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO  
**PROCURADORES** : CLÁUDIO FERNANDO DE FREITAS GOMES - RJ080281  
PHELIPE DA SILVA CUNHA VALENTE - RJ146944  
**REQUERIDO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**INTERES.** : CLINICA NOSSA SENHORA DAS VITORIAS SC LTDA  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO KLOH - RJ104856  
CLARISSA PIRES DE ARAUJO - RJ216100

**DECISÃO**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO requer a suspensão do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) que deu provimento ao Agravo de Instrumento n. 54.046-07/2018-0000 para determinar à requerente o pagamento mensal de R\$ 88.115,00 (oitenta e oito mil e cento e quinze reais) à Clínica Nossa Senhora das Vitórias Ltda., interessada.

Na origem, a interessada ajuizou ação indenizatória por danos materiais contra a requerente e o Município de São Gonçalo (RJ), pleiteando reparação em razão de requisição administrativa do hospital e de seus equipamentos, que já dura quatro anos, sem que nenhum valor tenha sido repassado ao ente particular. A liminar pleiteada foi indeferida pelo Juízo de primeira instância.

Contra tal decisão, a interessada interpôs agravo de instrumento, ao qual se deu provimento para determinar ao ente público o pagamento de valor mensal ao particular, sob pena de multa.

Daí o presente pedido de contracautela, em que a requerente alega que a decisão impugnada gera grave lesão à economia pública, uma vez que compromete a realização das despesas ordinárias do Município de São Gonçalo e, conseqüentemente, a continuidade da prestação dos serviços públicos à população.

Argumenta que o acórdão implica indevida interferência do Poder Judiciário no exercício das funções da administração pelas autoridades constituídas.

Aponta a nulidade da decisão do TJRJ, porquanto “não fora intimada para atuar no Trâmite do agravo de instrumento causador do presente incidente processual” (fl.

14).

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 25 da Lei n. 8.038/1990, a competência do STJ para examinar pedido suspensivo está vinculada à fundamentação infraconstitucional da causa de pedir da ação principal. Confira-se (grifei):

Art. 25 - **Salvo quando a causa tiver por fundamento matéria constitucional**, compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a requerimento do Procurador-Geral da República ou da pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar ou de decisão concessiva de mandado de segurança, proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.

No caso, a discussão travada nos autos funda-se nos princípios constitucionais individuais do direito de propriedade, bem como nos princípios orientadores da atuação da administração pública.

Confira-se trecho da petição inicial da ação originária, ajuizada pela Clínica Nossa Senhora das Vitórias Ltda., a evidenciar, de forma clara, a natureza constitucional da causa de pedir da demanda (fl. 27):

Nesse diapasão, conforme preceitua o art. 5º, XXV, da CF/88, fundamento constitucional da requisição administrativa, é assegurado, ao proprietário da propriedade afetada pelo Poder Público, a indenização ulterior por todos os danos eventualmente causados pela ocupação temporária de seus bens.

O cerne constitucional da causa também sobressai da leitura da fundamentação do acórdão cujos efeitos a requerente quer ver suspensos, como se observa do seguinte trecho da ementa do julgado (fl. 38):

A decisão recorrida se apresenta contraditória e contrária à lei e aos princípios constitucionais individuais do direito de propriedade e do devido processo legal, contidos nos incisos XXII e LIV, ambos do art. 5º da Carta Magna Nacional, sem contar a transgressão aos princípios orientadores da administração pública em geral, aos quais é cogente a sua obediência, por consequência, também, a obediência do administrador.

Assim, a despeito de a causa de pedir da ação originária também estar

# *Superior Tribunal de Justiça*

fundada em dispositivos infraconstitucionais, é inegável o *status* constitucional da discussão.

Ante o exposto, evidenciada a natureza constitucional da questão jurídica discutida nos autos de origem, **não conheço do pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente